



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**O PAPEL DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

MARIA DA PENHA LIMA GOMES PINTO

ORIENTADOR: ADRIANO JOSÈ HERTZOG VIEIRA

BRASÍLIA/2011

MARIA DA PENHA LIMA GOMES PINTO

**O PAPEL DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexania - GO Orientador:
Adriano José Hertzog Vieira

Professor _____

BRASÍLIA/2011

PINTO, Maria da Penha Lima Gomes

O papel e a atuação do orientador educacional na educação
inclusiva/PINTO, Maria da Penha Lima Gomes - Brasília, 2011.

----p

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia- Especialização)
-Universidade de Brasília, setembro de 2009 - abril de 2010.

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DA PENHA LIMA GOMES PINTO

O PAPEL DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ADRIANO JOSÉ HERTZOG VIEIRA (Orientador)

SUSANA SILVA CARVALHO (Examinador)

MARIA DA PENHA LIMA GOMES PINTO (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

**A minha família pelo amor, carinho, força, incentivo e intenso companheirismo
nos momentos decisivos da minha vida.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo o dom da vida e a certeza de sua presença em todos os momentos da minha vida. A meus pais pela educação que me proporcionaram e aos meus irmãos por estar sempre ao meu lado me apoiando e me ajudando. Aos meus filhos e ao meu esposo pelo carinho, pela compreensão dos momentos ausente.

RESUMO

Este trabalho foi realizado em uma escola de séries iniciais do ensino fundamental da rede pública do Distrito Federal. A intenção deste estudo é propor a reflexão sobre a atuação da orientação educacional no processo de inclusão. A difícil tarefa de mostrar a cada dia o que é a diferença. O trabalho do Orientador Educacional versa sobre a diversidade cultural e sensibilização dos pais, profissionais da educação e estudantes quanto à igualdade de direitos e acesso a todos os estudantes. Nesse contexto, para alcançar o objetivo proposto, faz-se necessário a este estudo, o uso de entrevista estruturada, análise documental e observação participante, caracterizando-o como pesquisa qualitativa. A partir de tais instrumentos foi possível analisar como o Orientador Educacional atua junto ao professor e a família, no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais no contexto da instituição pesquisada. Observar a qualidade das relações estabelecidas nesse meio excludente. Há que se procurar meios de reverter este quadro e nessa empreitada, a educação tem seu papel. Pois é através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica conceitos de participação, colaboração e adaptação.

SUMÁRIO

Apresentação.....	09
1.Fundamentação Teórica.....	10
1.1 Fundamentação histórica da orientação educacional no Brasil.....	10
2. Inclusão.....	13
2.1 Breve histórico do percurso realizado por pessoas com necessidades especiais.....	14
3. Objetivos.....	18
4. Metodologia.....	19
4.1 Locais da pesquisa.....	19
4.2 Materiais.....	22
4.3 Participantes.....	22
4.4 Instrumento de pesquisa.....	22
4.5 Procedimentos de coleta de dados.....	23
4.6 Análise de dados.....	23
5. Considerações finais.....	27
Referências bibliográficas.....	29
Apêndices.....	31
A - Roteiro de Entrevista com Professoras.....	31
Anexos	33
A - Carta de apresentação.....	33
B - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	35

Apresentação

A educação é concebida como fator imprescindível à formação e ao desenvolvimento dos seres humanos. A escola é o espaço sócio cultural em que as diferentes identidades se encontram, se constituem, se formam e se produzem, portanto, é um dos lugares mais importante para se educar com vistas ao respeito à diferença. Educar para diversidade não significa apenas reconhecer as diferenças, mais refletir sobre as relações e os direitos de todos. Daí a importância das ações que promovam a inclusão. Esta palavra, que outrora era utilizada especificamente para estudantes com necessidades especiais tem sido divulgada no sentido de mostrar um indivíduo que apresenta dificuldade de inserção em um determinado grupo, devido a uma característica emocional ou física.

Historicamente, as pessoas com deficiência, ficaram excluídas dos diferentes contextos e da participação social. Sabe-se que hoje uma nova consciência de valorização, aceitação e respeito às diferenças mobilizam pessoas, famílias e segmentos sociais e políticos, no sentido de criar condições para acesso à inclusão e participação. Neste contexto é imprescindível que o Orientador Educacional atue como mediador entre a escola e a família, no sentido de que esta tenha seus direitos assegurados e que o aluno permaneça o tempo que for necessário na escola para que de fato concretize sua aprendizagem.

As atividades do Orientador Educacional, nesse sentido, não podem estar aquém do contexto social, político e econômico atual e deverão estar em conexão com as atividades dos professores, do grupo gestor e dos demais segmentos da instituição educacional, somadas ainda à orientação devida aos familiares dos discentes.

Partindo dessas premissas é que esta pesquisadora recém chegada na SEDF e atuando em uma escola de séries iniciais como Orientadora Educacional optou por esse tema.

O espaço no qual foi realizado este trabalho conta com novecentos e vinte seis estudantes, dos quais dezenove necessitam de atendimento especializado. Entende-se assim que a inclusão é a garantia que todos possuem de um acesso

continuo ao espaço social, formando uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa, recebendo de braços abertos a diversidade humana, guiando-se em ações coletivas que almejam a igualdade de oportunidades.

Ressaltando que esse profissional trabalhando de forma subjetiva e impessoal agirá conduzindo e informando sobre as possibilidades de aproveitamento das experiências significativas que favoreçam o processo de inclusão. Dessa forma optou-se em fazer um estudo de caso com o intuito de analisar o papel do Orientador Educacional no processo de inclusão dos estudantes com necessidades especiais e sua atuação junto à família e ao professor. Acredita-se que para o desenvolvimento do estudante é necessário que esse profissional propicie favorecimento da troca de experiências tanto entre profissionais da educação quanto entre pais. Para uma melhor compreensão, os dados desta pesquisa foram organizados em três partes. A primeira faz um breve histórico da Orientação Educacional no Brasil, a segunda é especificada o objeto de pesquisa e as estratégias utilizadas para que ocorra. Já na terceira unidade refere-se ao método da pesquisa visando elucidar os fatos sobre coleta de dados e análise de dados, participantes e instrumentos, necessário ao estudo.

Atuar como Orientador Educacional exige desempenho, e conhecimento abrangente a respeito da dinâmica escolar. É fundamental para sua função conhecer o meio no qual age, podendo assim analisar e avaliar as decisões da escola, munido-se de informações e conhecimento do processo de ensino aprendizagem e das metodologias utilizadas no mesmo. Trabalhar para estabelecer um clima harmônico nas relações é uma das principais funções desse profissional.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1- Fundamentação histórica da orientação educacional no Brasil

A concepção de Orientação Educacional é modificada durante toda sua trajetória histórica. Essas constantes modificações estão relacionadas tanto à questão epistemológica, quanto ao tratamento que lhe é dado durante o decorrer do tempo.

Segundo (Grispun, 1992) citado por FRANGELLA (2009) “A Orientação Educacional tem sua história de desenvolvimento atrelada à da Psicologia, que data do século XVI e procurava através de psicotécnicas traçar aptidões correlacionadas a atividades específicas”.

Esta autora relata que

Até a década de 1920, a Orientação Educacional no Brasil constituía-se de atividades esparsas e isoladas, em que fazia presente o cunho de aconselhamento, ligado a uma moral religiosa. A partir da década de 1920, com o desenvolvimento urbano-industrial, houve a necessidade de formação para essa nova realidade de trabalho. O ensino profissional foi sendo implementado e, com ele, a Orientação Educacional, serviço que poderia adotar uma linha de aconselhamento vocacional. (2009, p.1)

No decorrer da história, o significado da Orientação Educacional vai sendo reelaborado. A partir das leis orgânicas (1942 a 1946) que ligado ao desenvolvimento urbano-industrial e político-econômico exigiu uma formação do trabalhador surgindo a necessidade da criação do SENAI e SENAC instituindo-se legalmente a obrigatoriedade da orientação vocacional no ensino secundário.

A partir das reformulações no curso de Pedagogia, datadas no período pós 1964, são criadas as habilitações. O pedagogo podia, então, se especializar em Supervisão, Administração. Além disso, foram criadas algumas disciplinas pedagógicas e reformadas outras.

Essa reformulação contribuiu significativamente para o caráter de profissionalização da Orientação Educacional, a partir daí houve a criação de associações de supervisores e orientadores. Atrelados a visão tecnicista da Educação, característica da década de 1970 caberia a estes o controle das atividades burocráticas da escola.

Na década de 80/90 a discussão girava em torno da formação/atuação docente. Este período foi marcado pela polêmica da identidade do curso de Pedagogia e daí então pela dissociação das associações de supervisores e orientadores educacionais criadas na década de 70.

Diante deste cenário FRANGELLA diz

ainda hoje, a visão do que vem a ser orientação está atrelada aos significados construídos historicamente: o de um profissional que atua sobre um outro. Essa visão, ainda tão presente no cotidiano escolar, indica caminhos de uma hierarquização do trabalho no cotidiano escolar a partir da condição de ser possuidor ou não de alguns conhecimentos. Nesse modelo, o orientador, ao se debruçar sobre esse cotidiano em desenvolvimento, analisa-o e o altera, como se só ele fosse capaz de enxergar as dificuldades encontradas e de propor alternativas a elas. (2009, p.3).

A citação acima nos faz refletir sobre a atuação do Orientador Educacional. Cabe a este profissional um trabalho coletivo e articulado com os demais segmentos da escola no sentido de compartilhar ações que se concretizem em prol do aluno e sua família. Segundo ALVES E GARCIA (apud FRANGELLA 2009)

Encarar o cotidiano como processo em que os conhecimentos, avanços e retrocessos são tecidos no interior dos múltiplos saberes e experiências que o permeiam é condição sine-qua-non para que a Orientação Educacional se constitua a partir de uma posição solidária de coordenação em que ninguém é proprietário de um conhecimento, mas sim responsável por um dos fios necessários à tessitura de unir o tapete de saberes e fazeres que só existirá com a troca/trançado de todos os fios necessários (1999, p. 141).

Através da análise de toda trajetória histórica da Orientação Educacional, apoiados nos autores citados, podemos definir os conceitos e funções da Orientação, as diferentes fontes e origens de sua prática, e as razões de sua conceituação ter sido modificada ao longo desse processo.

A Educação é uma prática social e a Orientação deve ser vista como uma prática que ocorre dentro da escola. Suas atividades, entretanto, não devem ser limitadas, pois se trata de uma prática que caminha no sentido da objetividade, da subjetividade e da totalidade da Educação. Acompanhando a mudanças ocorridas na sociedade e com a implementação de políticas públicas para a inclusão, o Serviço de Orientação Educacional redefine sua atuação no sentido de atender com eficiência essa nova demanda no espaço escolar. Segundo BRANDÃO Et Al

A orientação educacional desempenha um importante papel para que essas mudanças aconteçam, pois os orientadores, juntamente com os supervisores, são responsáveis pelo planejamento e execução de propostas que façam com que os processos de ensino e de aprendizagem dos alunos se desenvolvam com qualidade. Também cabe a eles serem articuladores e mediadores junto aos professores, buscando uma prática educativa que atenda as necessidades das diversidades de seus alunos. (2005, p.2)

Para tanto a participação ativa e coletiva da proposta pedagógica da instituição, que é uma relevante função do Orientador deve ser construída de forma que favoreça e possibilite o exercício democrático de todos os segmentos da instituição educacional, a fim de gerar ações que promovam aprendizagem e o desenvolvimento, contemplando todas as possibilidades para a construção de uma sociedade mais justa e coerente no compromisso de cada um com o espaço de todos.

Segundo BRANDÃO Et Al, este profissional

deve cumprir seu papel de ajudar na elaboração de projetos e na concretização de ações que tornem as escolas espaços abertos para todos, onde as diferenças são valorizadas, através de projetos inclusivos de educação. Espaços educativos de formação de personalidades humanas independentes, dotadas de consciência crítica. Locais onde os alunos aprendam a ser pessoas responsáveis e comprometidas com o mundo no qual vivem. Ambientes educativos onde se aprende a valorizar as diferenças pela convivência entre as pessoas, pelo exemplo dos educadores, pelo ensino que acontece nas salas de aula, pelas relações sócio afetivas que ali se estabelecem. São contextos educacionais em que todos os educandos têm a oportunidade de aprender e se desenvolver na interação com outros educandos. (2005, p.3).

De acordo com o exposto acima podemos inferir que cabe a este profissional mediar os processos relacionais que ocorrem dentro do contexto escolar, com vistas a atender as diversidades dos alunos no sentido de que se garanta uma educação inclusiva de qualidade.

2. INCLUSÃO

A inclusão conceitua-se como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, pessoas consideradas diferentes da comunidade a que pertença. Ela ocorre num processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e da sociedade, buscam equacionar problemas, discutir soluções e equiparar oportunidades para todos.

A educação tem passado por vários caminhos na busca deste objetivo, e um deles é a inclusão de crianças com necessidades especiais na escolar regular, o que tem causado muitas discussões e, como toda mudança, algumas confusões em interpretar o que é incluir, ou melhor, como realizar a inclusão, em escolas que às

vezes encontram dificuldades para entender e resolver os pequenos desafios que enfrentam nas diferenças com os alunos ditos normais.

Acreditando que o ato de educar deve proporcionar o desenvolvimento a todos e este deve se referir a todas as áreas para atingir o ser como um todo, que precisa aprender e ter a oportunidade de desenvolver todas as suas potencialidades.

O termo inclusão parece significar coisas distintas para pessoas distintas em distintos contextos, mas sugere que se resultem três pontos de consenso e de compromisso: Criação de uma sociedade mais justa; Desenvolvimento de um sistema educativo mais equitativo; Promoção de resposta da escola regular à diversidade e a heterogeneidade, como meio para tornar realidade tais desígnios.

Reconhecer a diversidade é promover a igualdade de chances para que todos possam desenvolver seus potenciais. No caso dos alunos com necessidades especiais, deve-se começar garantindo-lhes o direito de acesso aos bens da sociedade – educação, saúde, trabalho, remuneração digna etc. Ou seja, propiciar, por meio da educação, o desenvolvimento das atividades de vida autônoma diária.

2.1 Breve histórico do percurso realizado por pessoas com necessidades especiais.

O foco principal deste trabalho é analisar o papel do Orientador no processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. No entanto, é de fundamental importância que façamos uma retrospectiva de todo esse processo, isso porque, nem sempre essas pessoas tiveram acesso à educação. Podemos perceber isso, pelo quantitativo de declarações e leis que tratam do assunto. Essas declarações e essas leis nos levam a crer que antes delas a situação era difícil para essas pessoas. É o que podemos perceber o que se segue.

Relatar sobre a História da deficiência é o mesmo que discorrer sobre a História da humanidade, pois, desde que existem seres humanos, as deficiências também existem.

Em 2002 o Governo do Distrito Federal fez um convênio com a UnB para qualificar professores. De acordo com módulo III do referido curso há 70.000 anos os homens tinham costumes de sobrevivências que os obrigavam a se juntarem em

pequenos bandos, para caçar animais de grande porte e para lutar contra outros pequenos bandos. Durante esses enfrentamentos, tanto para se defenderem como para encontrarem seu alimento, sofriam muitas, vezes, lesões que resultavam em sérias deficiências. As pessoas que, por esse motivo, apresentavam necessidades especiais, eram abandonadas, pois passavam a não contribuir em nada para o seu grupo. É importante ressaltar, que como nômades que eram essa prática de abandono do deficiente se dava muito mais por um ato de sobrevivência do que por rejeição ao diferente. Nessa época as crianças que, por algum motivo, nasciam com deformidade eram igualmente abandonadas, o mesmo acontecendo com os idosos, caso se tornasse deficientes.

No período neolítico, algumas pessoas com deficiências eram incorporadas ao trabalho social (coleta de frutas silvestres e preparação de alguns alimentos).

Na cultura Yanomami são eliminados os recém-nascidos considerados fracos ou portadores de defeitos físicos. E que na cultura Xagga, eles permitem que as pessoas portadoras de deficiência ou de sérios transtornos mentais sobrevivam. Isso porque, eles acreditam que os maus espíritos se incorporam nessas pessoas, deixando livre os demais membros da tribo. Na perspectiva, a existência de pessoas com deficiência resulta em benefício para a comunidade.

O povo hebraico, altamente religioso, acreditava que os deficientes físicos eram culpados pelos pecados de suas famílias. Assim, quem possuía uma deficiência carregava a culpa dos pais.

Na Grécia Antiga, especificamente em Esparta e Atenas, as crianças que nasciam prematuras ou com deficiências físicas eram abandonadas em lugares indicados para que pudessem morrer, pois o povo grego venerava o corpo como a melhor posse que um homem poderia ter.

A cultura Romana, por sua vez, ficou conhecida por leis como a do infanticídio, que autorizava o pai a matar seu filho caso este nascesse com “traços de monstruosidade”, como costumavam chamar as deficiências, principalmente as físicas. Com a incorporação do Cristianismo em Roma, isso mudou totalmente. Porém, mesmo passando a ter a vida respeitada, aqueles que nasciam deficientes ainda eram considerados produtos do pecado.

Na cultura Bizantina aconteceram fatos interessantes. Foi na cidade de Constantinopla, por exemplo, que foram criados os primeiros hospitais para tratar as pessoas que sofriam de algum mal. Eles abrigavam centenas de pessoas com defeitos físicos, conseqüências de guerras e de castigos físicos. Mas o tratamento dado a essas pessoas era precário. O que se fazia era prepará-las espiritualmente para salvar suas almas perante Deus, já que o império Bizantino era altamente cristão. Assim, esses hospitais, não passavam de abrigos de natureza assistencialistas, com o único objetivo de recolher das ruas de Constantinopla as pessoas deficientes.

Durante a idade média os portadores de necessidades especiais eram percebidos como produtos do pecado e também de incorporação de demônios. Dessa forma, muitas pessoas que sofriam de deficiências e transtornos mentais foram acusadas pela inquisição de “possuírem o demônio” e de praticarem bruxaria, sendo acorrentadas e queimadas vivas.

Nesse período, os hospitais existentes eram verdadeiros “depósito” de seres humanos que, pelas precárias condições de atendimento, não tinham outra saída senão pregar a fé cristã como salvação para suas doenças.

Como podemos perceber até o fim da Idade Média o tratamento relacionado às pessoas com deficiências eram os piores possíveis.

Com o surgimento do Renascimento, uma nova perspectiva se coloca, proporcionando outra visão sobre as pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. A partir dessa época começou-se a pensar em como essas pessoas poderiam ser educadas e integradas à vida social.

Segundo Mazzotta (2005, p 20) no século XIX, iniciou-se o atendimento aos deficientes mentais. O médico Jean Marc Itard (1774-1838) mostrou a educabilidade de um “idiota”, o denominado “selvagem de Aveyron”.

Itard ficou reconhecido como a primeira pessoa a usar métodos sistemáticos para o ensino de deficientes mentais. Trabalhou durante cinco anos com Vitor, uma criança de doze anos, o menino selvagem, capturado na floresta de Aveyron, no sul da França, por volta de 1800. Em 1801, publicou em Paris o livro onde registrou

suas tentativas e que é tido como o primeiro manual de educação de retardados : *De l'Éducation d'un Home Sauvage*.

O médico considerou o comportamento do menino semelhante ao de um animal, devido à falta de socialização e educação, resultante da vida solitária na floresta.

Itard obteve êxito em conseguir que o menino controlasse suas ações e lesse algumas palavras.

De acordo com Mazzotta (2005, p 21), Edward Seguin (1812-1880), aluno de Itard e também médico, prosseguiu com o desenvolvimento dos processos de ensino para os gravemente retardados, a partir do ponto em que Itard parou. Em vez de trabalhar com um só menino, como Vitor, estabeleceu o primeiro internato público da França para crianças retardadas mentais, e imaginou um currículo para elas.

Segundo Mazzotta (2005, p. 22) outra importante educadora que contribuiu para a evolução da educação especial foi Maria Montessori (1870-1956), médica italiana que aprimorou os processos de Itard e Seguin, desenvolvendo um programa de treinamento para crianças retardadas mentais nos internatos de Roma. Suas técnicas para o ensino de retardados mentais foram experimentadas em vários países da Europa e da Ásia. Montessori enfatizou a “auto-educação” pelo uso de materiais didáticos que incluíam dentre outros, blocos, encaixes, recortes, objetos coloridos e letras em relevo.

De acordo com Mazzotta (2005, p 24) em 1896, foi aberta a primeira classe especial diária para retardados mentais, em Providence, Rhode Island, nos Estados Unidos. Em 1900, em Chicago criou-se a primeira classe para cegos e a primeira classe de escola pública para “crianças aleijados”.

Segundo Mazzotta (2005, p 27) no Brasil alguns cidadãos inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, no século XIX, iniciam a organização para atendimentos a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Durante um século, tais providências caracterizam-se como iniciativas oficiais e particulares e isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiências.

No Entanto, no Brasil o compromisso com uma Educação Inclusiva só foi firmado em 1990 na “Conferência Mundial sobre Educação para todos”, em Jomtien, Tailândia na “Declaração Mundial de Educação para Todos”. Mas é na Declaração de Salamanca de 1994 que está expresso explicitamente os termos da educação inclusiva.

Antes da inclusão tivemos a integração. A integração implantada pela SEESP/MEC favorecia os alunos deficientes que estão aptos a serem integrados na rede Pública de Ensino, isto é, a escola regular não precisaria se adaptar para receber esse aluno.

Na Constituição Brasileira, em seu artigo 208, fica garantido "O atendimento especializado à pessoa com necessidades especiais educativas, preferencialmente na rede regular de ensino". A lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional garante o "atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". No qual, segundo o texto, a educação especial é definida no artigo 58, como "a modalidade de educação escolar na rede regular de ensino, para alunos com necessidades especiais." Nesse caso, há um detalhamento de como o processo, em teoria, deveria ocorrer.

3. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel do Orientador Educacional no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais. Entende-se aqui o campo da Orientação Educacional como aquele que está em especial comprometido com os alunos, e de modo geral, com toda escola e a comunidade. Pretendemos analisar com profundidade as perspectivas teóricas e práticas que ressaltam sua atuação no processo de inclusão.

Os objetivos específicos para esse estudo são: Contextualizar a Orientação Educacional no Brasil, buscando compreender o papel do Orientador Educacional frente à educação inclusiva.

Analisar a atuação do Orientador Educacional junto ao professor no processo de inclusão. Tendo em vista que a Orientação Educacional atuando com todos os protagonistas da instituição educacional no resgate de uma ação mais efetiva e de

uma educação de qualidade, precisamos identificar a percepção e o entendimento do professor a respeito da inclusão. Pois o Orientador Educacional busca conhecer a realidade para transformá-la, para que seja mais justa e humana.

4. METODOLOGIA

O estudo realizado teve caráter empírico e de pesquisa qualitativa. Esta é uma técnica utilizada para entender o comportamento dos sujeitos. Conhecer as situações que os mesmos vivem e entender como interagem e constroem a realidade que atuam. Suas características são: observação, a descrição, a compreensão, a flexibilidade e a interpretação. Portanto, pode ser entendida como pesquisa exploratória. No caso, sobre o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais, no ambiente escolar.

Para as autoras Ludke e André (1986), o que vai determinar a escolha da metodologia é a natureza do problema. Para que a realidade complexa, que caracteriza a escola, seja estudada com rigor científico necessitará dos subsídios encontrados na vertente qualitativa de pesquisa. (...) As contribuições desse tipo de investigação estão presentes na sua capacidade de compreensão dos fenômenos relacionados à escola, uma vez que retrata toda riqueza do dia-a-dia escolar.

4.1 Locais da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública do Distrito Federal que atende estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental. Desenvolve seu currículo apoiada em duas matrizes: uma de oito anos, que atende estudantes da 1ª até a 4ª série e outra de nove, que atende do 1º ao 5º ano, ambas do Ensino Fundamental da rede pública. A instituição foi inaugurada em agosto de 1995 e seu horário de funcionamento está subdividido em dois turnos: matutino e vespertino. Ocupando uma área física de 5.000 m², ela, é composta por área de estacionamento para uso dos funcionários, uma quadra poliesportiva e dividida em alas, cuja localização está organizada conforme o quadro 01.

A referida escola oferece suporte pedagógico a novecentos e vinte e seis estudantes. Estes estão distribuídos em trinta e quatro turmas. Dezessete pela manhã e Dezessete à tarde. Sendo organizadas da seguinte forma: Matutino – 8

Classes Comum, 5 Classes de Integração Inversa, 4 Classes Inclusiva. Vespertino- 9 Classes Comum, 2 Integração Inversa, 6 Classes Inclusiva.

Entre eles, dezenove tem necessidades educativas especiais. Para atendê-los, são disponibilizadas, além das classes comum, comum com redução e classes de integração inversa. Também possui uma sala de recursos, concebida como Atendimento Educacional Especializado - AEE por acompanhar os estudantes que tem diagnósticos de deficiência intelectual, Síndrome de Down, TGD- Trastorno Global de Desenvolvimento e deficiência física. Possui também a Equipe Especializada de Apoio Aprendizagem – EEAA, para estudantes que apresentam dificuldade de aprendizagem e/ ou transtorno funcional. O SOE - Serviço de Orientação Educacional que oferece suporte pedagógico para comunidade escolar e famílias.

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA INSTITUIÇÃO.

ALAS	COMPOSIÇÃO
PRINCIPAL	<ul style="list-style-type: none"> • Pátio • Secretaria • Direção • Assistência Pedagógica • Refeitório / para funcionário • Reprografia • Deposito de materiais pedagógicos • Cantina • 01 Banheiro para servidores • 01 Sala para servidores
1	<p>01 Sala de professores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sala para servidores • 03 salas de aula • Sala de leitura • Laboratório de informática
2	<ul style="list-style-type: none"> • 10 salas de aula • Depósito de material de limpeza • Sala de recurso • SOE
Anexo	<ul style="list-style-type: none"> • 05 salas de aula • Parquinho • 01 Bebedouro

4.2 Materiais

O material utilizado para a realização desta pesquisa foi lápis, caneta, caderno para registros, papel para impressão de roteiros de entrevistas, lápis e caneta foram utilizados para registrar as observações que foram realizadas no ambiente escolar como um todo.

4.3 Participantes

A presente pesquisa apoiou-se em dados obtidos mediante entrevista estruturada com oito (8) professores regentes de salas inclusivas, e quatro (4) pais de alunos devidamente incluídos no sistema regular de ensino. A escolha das famílias foi feita mediante a um convite da pesquisadora a um grupo de pais, e destes, quatro (4) se dispuseram a colaborar com o estudo em questão. As entrevistas com os professores, bem como com as famílias foram realizadas individualmente.

4.4 Instrumento de pesquisa

O recurso utilizado para coleta de dados foi o roteiro de entrevista. Foi realizado para orientar, possibilitando maior interação entre pesquisadora e os sujeitos entrevistados. Segundo Ludke e André (1986, p 34), “a grande vantagem dessa técnica em relação às outras é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. A entrevista do tipo estruturada é utilizada para obter maiores informações ao contexto escolar em questão. Há um roteiro para que pesquisadora e entrevistado interajam, com possibilidade de inserção de novas questões.

Para Ludke e Andre (1986) a técnica de entrevista que mais se adapta ao estudo do ambiente educacional é a que apresenta um esquema mais livre, já que esse instrumento permite mais flexibilidade no momento de entrevistar os participantes sobre o ambiente e desenvolvimento da pratica escolar. Nesse trabalho, será utilizado um roteiro, no qual o entrevistado é livre para adaptar suas perguntas a determinadas situações. O roteiro foi organizado de forma a permitir à

pesquisadora a possibilidade de uma análise na atuação do Orientador Educacional, no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais.

4.5 Procedimentos de coleta de dados

Esses são fundamentais para caracterizar o rigor da Pesquisa. Foi estabelecida desde o primeiro contato com a escola e com os participantes, uma conversa amistosa com a Direção, professores. Foi entregue, à Direção, a carta de apresentação. Cada participante recebeu um termo de consentimento para participação voluntária na pesquisa. No documento fica claro que a identidade do mesmo é preservada e suas informações somente serão utilizadas em nível de metodologia profissional durante a pesquisa. Entretanto é importante lembrar que o mesmo foi lido e assinado pelo respectivo informante. De acordo com González-Rey (2005), a apresentação do tema ao grupo investigado ou ao grupo pesquisado deve acontecer por diálogo no qual o pesquisador leve o tema de interesse e convida o grupo a ser investigado à investigação. No caso das famílias, o convite foi feito na sala de recurso da referida escola, após reunião de acolhimento para as famílias ANEE no início do ano letivo. Seguindo o mesmo protocolo. As entrevistas com os professores e com as famílias foram realizadas individualmente, respeitando as colocações e tempo necessário às suas concretizações.

4.6 Análise de dados

A presente pesquisa apoiou-se em dados obtidos mediante entrevista estruturada com seis (6) professores atuantes em turmas inclusivas.

A primeira parte do questionário destinado aos professores refere-se à sua identificação.

Todos os participantes se declararam do sexo feminino, com idade entre 31 a 40 anos. Verificou-se que todos têm formação superior e que atuam no magistério entre 5 a 10 anos. Dentre os entrevistados um (1) tem especialização na área de inclusão, dois (2) tem curso de capacitação. Verificou-se também que todos professores já atuaram em turmas inclusivas.

Analisando este bloco de dados, conclui-se que a maioria dos professores possui experiência no magistério como também certo conhecimento sobre os ANEE. É importante ressaltar que a experiência aqui não foi o determinante para estarem atuando em uma turma inclusiva. Pois a maioria demonstra insegurança para atuarem com os ANEE, o que motiva tal escolha é a redução de turma.

Em uma escola inclusiva, o professor desempenha papel primordial, portanto é importante a sua formação e capacitação. Nesse aspecto, Jiménez (1997) destaca que toda qualificação profissional na perspectiva inclusiva deve estar empenhada na oferta de condições que favoreçam o desenvolvimento de uma competência voltada para aceitação da diversidade apresentada pela clientela escolar, bem como pelo entendimento dos caminhos que o aluno percorre no processo de construção de conhecimento. A qualificação do professor se constitui numa forma de fortalecimento da qualidade do entendimento dos alunos. O professor, no entanto não pode agir isoladamente. Por isso, deve se destacar o importante papel da Orientação Educacional na escola. Com a ajuda desse profissional os professores poderão ter a oportunidade de procurar aprofundar conhecimentos, discutir e refletir sobre sua prática para a melhoria do processo ensino aprendizagem.

Sobre o entendimento de inclusão, a grande maioria entende como um processo de inserir as pessoas com deficiência na escola.

Indagados de como é visto o ANEE frente ao processo de inclusão, cinco (5) dos entrevistados entendem que estão inclusos parcialmente, pois precisariam participar mais, três (3) acham que em partes já tiveram grande progresso, pois já se socializam melhor.

Analisando os itens acima, verificamos que muitos professores trazem uma concepção errada da inclusão, ainda têm em mente a integração. Para o sucesso da inclusão é necessário rever alguns conceitos e posturas. É preciso ter clareza e distinguir os conceitos para que a escola não perca o foco da inclusão, pois incluir é mais do que colocar alunos com necessidades especiais em classe regulares, porém vários equívocos podem ocorrer se não forem claros os conceitos referente a educação desses alunos. Nesse momento, a Orientação Educacional como agente envolvido em todo o processo ensino aprendizagem deve estar atento para perceber

que é necessária sua intervenção para facilitar a realização da inclusão de forma adequada.

O ideal de escola inclusiva abrange os lares, as famílias e contribui para a formação social do educando, pois alcança os quatro pilares da educação. O aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender viver com os outros e aprender a ser. E, segundo SASSAKI (1997, p.42) “(...) a inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, no ambiente físico estrutural e na mentalidade dos sujeitos do processo. Ou seja, do próprio estudante que precisa de cuidados especiais.

Em relação às técnicas, os recursos e as metodologias que utilizam para o ensino aprendizagem, a maior parte dos entrevistados acha que pouco tem contribuído.

Com referência à utilidade da adequação curricular para o aluno e professor, todos têm a adequação curricular como um instrumento que norteia o trabalho do docente a partir das particularidades de cada aluno.

De acordo com itens acima, os professores têm consciência da necessidade e da importância dos recursos e das técnicas para a qualidade do ensino aprendizagem dos ANEE, no entanto julgam que todo esse aparato só tem eficácia se houver envolvimento de forma humanizada de todos.

E nesse processo, ressalta-se a função social da escola que, através do Orientador Educacional deverá propor ações coletivas, na busca de alcançar os objetivos proposto para realizar a educação inclusiva. Sobre a ação coletiva na escola Luck coloca

A complexidade do processo do ensino depende, para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, de ações coletivas de espírito de equipe, devendo ser esse o grande desafio da gestão educacional. E é nesse sentido que se caracteriza essa gestão: na mobilização do trabalho humano, coletivamente organizado para promoção de experiências significativas de aprendizagem. (Luck, 200, p.82)

Na participação da família, metade do grupo entrevistado acha que a mesma é muito ausente e não colabora no processo de inclusão. A outra metade dos

entrevistados tem a família como participativa e muito preocupada no processo de ensino e aprendizagem.

Todos os entrevistados concordam que a relação afetiva entre professor aluno interfere de forma positiva no processo de inclusão.

Nesse contexto, é de vital importância a participação da família na vida acadêmica do estudante. Segundo Mantoan (1997), escola e família têm um papel primordial no processo de aquisição da leitura e escrita, enfim na educação do ser em desenvolvimento. Até porque são nestes espaços que ocorrem as primeiras experiências. A escola é o lugar onde, os estudantes, aprendem a lidar com as capacidades e limites individuais. É onde se tem, com clareza, a noção de liberdade de expressão. Nesse sentido, a família tem a incumbência de garantir-lhes a permanência e participação plena nas aulas. Conforme a Lei nº 9394/96, a qual delega à família, à escola e à sociedade o compromisso para a efetivação de uma proposta de escola para todos.

No entanto, na instituição pesquisada, nota-se que a participação dos pais e ou responsáveis ocorre praticamente ao contrário do que se prega.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos neste estudo, de conhecer o papel do Orientador Educacional no processo de inclusão dos ANEE nas séries iniciais do ensino fundamental, foi possível verificar o empenho e a capacitação dos profissionais que irão trabalhar diretamente com os ANEE e de que forma o Orientador Educacional integra suas ações às do professor, como colaboração no processo de aprendizagem e no desenvolvimento do estudante.

Diante do exposto, foi possível averiguar que a ação pedagógica dos professores da instituição pesquisada embora esteja voltada à subjetividade dos estudantes com necessidades especiais, ainda se ancora numa abordagem tradicional, cuja rotina é centrada no professor que instrui e ensina e no estudante que por vezes não faz o esperado. Ou nos pais que demonstram autonomia em não participar da vida escolar de seus filhos.

Sabe-se que um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos apresentam. Por isso a presença do Orientador Educacional que permita o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor.

Muitos professores sentem-se incapazes de atuar com a inclusão, pois desconhecem as características das deficiências, e sentem só como únicos responsáveis pela inclusão daquele aluno. O trabalho do Orientador Educacional, em conjunto com o professor poderá fazer com que estes venham a enfrentar com mais segurança o trato com alunos que apresentam necessidades especiais.

Sendo assim, a inclusão faz parte deste momento educacional, que demanda mudança. Estas que não ocorrem de modo rápido e também não são de fácil execução, pois seguem parâmetros pré- estabelecidos. Mas há que se desconstruir e reconstruir a cada dia para se ter algo novo. Algo ideal ao educando com necessidades especiais. E para que ocorra de forma ideal é necessário a integração de todos envolvidos no processo.

De acordo com Luck (2003):

“Uma ação educativa relevante e um currículo positivo unem em uma associação harmoniosa os conhecimentos, habilidades e sentimentos. Consideram equilibradamente tanto as necessidades individuais como as de grupo, as pessoais e as institucionais. A educação sob esse ângulo traduz o ponto de vista da Orientação Educacional.”

Nesse sentido, é imprescindível o trabalho mediador da Orientação Educacional para que possa promover a integração entre as propostas que trazem a LDB, decretos, pareceres e determinações específicas dos órgãos normativos, ao fazer pedagógico do dia-dia dos professores. À Orientação cabe buscar, junto com a equipe diretiva, a melhor maneira de interagir professores, alunos e família na busca da realização da difícil tarefa da inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. *Etnografia da Prática Escolar*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. SASSAKI, Romeu. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

BRANDÃO, Bianca Ferreira Et Al. *A Atuação do Orientador Educacional na Construção de uma Escola Democrática e Inclusiva*. Cadernos FAPA – n. 2 – 2º sem. 2005. Disponível em: <http://www.fapa.com.br/cadernosfapa>.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. *Orientação educacional: ressignificando seu papel no cotidiano escolar*. Agosto de 2009. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0165.html>

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

JIMÉNEZ, R. B. et. al. *Necessidades educativas especiais*. Lisboa: Dinalivro, 1997

LUCK, Heloisa. *Ação Integrada*. Petrópolis. Editora Vozes, 2003.

MACIEL, Diva Maria Albuquerque; Mirian Barbosa Tavares Raposo. *Metodologia e construção do conhecimento: Contribuições para o estudo da inclusão*. Módulo V, UAB-UNB, Texto básico, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *O Desafio das Diferenças nas Escolas*. – 2ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MAZZOTTA. Marcos José Silveira. *Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial*. São Paulo: EPU, 1993

MEC/UNB.FE. Curso de Pedagogia para professores em exercício em início de escolarização/PIE. Módulo III V. 3. Brasília, 2002.

Plano Orientador das Ações de Educação Especial nas Escolas Públicas do Distrito Federal. Brasília, 2006.



APÊNDICES

A- Roteiro de Entrevistas aos professores

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PROFESSORES

Este instrumento tem por objetivo obter dados dos docentes com vistas a fornecer subsídios para dissertação. Suas respostas são fundamentais para qualificar as informações gerais a partir deste instrumento.

1º Parte – IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR

1) SEXO:

- () Masculino
- () Feminino

2) IDADE

- () De 20 a 30
- () De 31 a 40
- () De 41 a 50
- () Mais DE 50

3) Há quanto é Professor?

- () Menos de 1 ano
- () De 1 a 4 anos
- () De 5 a 9 anos
- () De 10 a 20 anos

4) Em que grau de ensino leciona?

- 1º Grau
- 2º Grau
- 3º Grau

5) Qual sua formação acadêmica?

- Magistério (nível médio)
- Magistério superior
- Pedagogia
- Licenciatura plena
- Licenciatura curta
- Bacharelado
- Superior incompleto

6) Você leciona para Alunos com Necessidades Especiais?

- Sim
- Não
- Já tive a experiência

7) Você tem alguma formação específica na área de inclusão?

- Curso de capacitação
- Curso de especialização
- outro
- nenhum

8) O que você entende por inclusão?**9) Quanto aos ANEEs, como você os percebe frente ao processo de inclusão?****10) As metodologias, as técnicas e os recursos utilizados, têm contribuído para o ensino aprendizagem do ANEE?****11) Quanto à adequação curricular, qual seria sua utilidade para professor e estudante?****12) Como é percebida a participação da família no que tange aos ANEEs?****13) O relacionamento afetivo do professor com o aluno interfere de forma positiva no processo de inclusão?**

ANEXOS

A - CARTA DE APRESENTAÇÃO – ESCOLA (modelo)



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



À Diretora

Centro de Ensino Fundamental 403 de Santa Maria.

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhora, Diretora,

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (pólos UAB-UnB de Alexania) Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem

envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Maria da Penha Lima Gomes Pinto sob orientação, da Professor Adriano José Hertzog Vieira cujo tema é: O papel do Orientador na educação inclusiva.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails:

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar

B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFESSOR**(modelo)**

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre a atuação do Orientador Educacional no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais no ambiente escolar. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos.

Constam da pesquisa anotações das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias dos ANEEs e, ainda, entrevistas a serem registradas com os professores no intuito de conhecer como é desenvolvido o processo de ensino aprendizagem dos ANEEs, bem como aspectos relacionados à interação deste com seus pares. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (61) 84238469 ou no endereço eletrônico penhalg@yahoo.com.br. Se tiver

interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____